



Número: **0801755-82.2018.8.15.0331**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Santa Rita**

Última distribuição : **14/05/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA (AUTOR)		LARISSA MARIA LACERDA SANTANA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14236 931	14/05/2018 09:03	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
14236 956	14/05/2018 09:03	<a href="#">documento1</a>	Documento de Identificação
14236 962	14/05/2018 09:03	<a href="#">documento2</a>	Documento de Comprovação
14236 975	14/05/2018 09:03	<a href="#">documento3</a>	Documento de Comprovação
29415 136	26/03/2020 00:16	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29865 171	15/04/2020 09:38	<a href="#">Petição</a>	Petição
29865 172	15/04/2020 09:38	<a href="#">GuiaCustas(9)</a>	Documento de Comprovação
29865 173	15/04/2020 09:38	<a href="#">SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA</a>	Documento de Comprovação
30998 664	26/05/2020 14:09	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
35778 543	22/10/2020 08:35	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
36049 766	28/10/2020 22:36	<a href="#">Carta</a>	Carta

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA MISTA DA COMARCA DE SANTA RITA/PB**

**SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA**, brasileira, solteira, comerciante, portadora do RG nº 2.908.697 – 2ª via – SSDS/PB, inscrita no CPF sob o nº 066.128.444-18, residente e domiciliada na Rua Caiçara, Nº 26, Tibiri III, **Santa Rita/PB**, por sua advogada legalmente constituída (mandato incluso), com escritório profissional localizado na Av. Pedro II, 705, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-420, Tel. (83) 3241-6957, onde deverá receber intimações e correspondências, vem à presença de V. Exa. propor a presente

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

(Com base na Lei Nº. 6.194/74, alterada pela Lei nº. 8.441/92 e Lei n. 11.482/07)

Em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º e 6º andar Centro, RIO DE JANEIRO – RJ, CEP: 20031205, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

### **1. PRELIMINARMENTE**



Requer a concessão do benefício da **JUSTIÇA GRATUITA** em favor da autora, uma vez que ela não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família, conforme dispõe o inciso LXXIV do art. 5º da CF/1988 e o art. 2º, caput e parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

## 2. DOS FATOS

No dia 01 de Novembro de 2016, a requerente conduzia a motocicleta Shineray/50 Q, de placa OEY – 0711/PB, de cor preta, de sua propriedade, nas proximidades da Casa Lotérica de Tibiri, e, ao realizar ultrapassagem, bateu na lateral do veículo de placa NOI – 0101/PB, sendo arremessada por uns dez metros.

A autora fora socorrida pelo proprietário do veículo, o Sr. Alan Monte Santos, e levada para a Unidade de Pronto Atendimento de Santa Rita. Em razão de seus ferimentos, fora encaminhada ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Ao chegar ao hospital, recebeu diagnóstico de **"Motociclista traumatizado em colisão com um automóvel (carro), ""pick up"" ou caminhonete" (CID 10: V23), Contusão do joelho (CID 10: S80.0) e Ferimento do joelho (CID 10: S81.0)**, conforme laudo médico emitido pela ***Dra. Joacila Braga Brandão (CRM/PB 1741)***.

Destarte, em razão do ocorrido, a requerente encontra-se com sequelas permanentes, tendo limitações físicas.

A partir de então, a vítima, ora Promovente, procurou munir-se da documentação necessária, para fazer valer seus direitos, uma vez que tal indenização, na hipótese de invalidez permanente deve ser paga, conforme disciplina o art. 3.º da Lei n.º 6.194, de 19 de dezembro de 1974.



Convém mencionar que a realização do laudo pericial pelo Instituto Médico Legal - IML é para recebimento do seguro DPVAT na esfera administrativa. A lei que regula a cobrança do seguro DPVAT, não exige o referido laudo para o ajuizamento da ação em questão.

Considerando que há um termo de convênio de cooperação entre o tribunal de justiça da Paraíba e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (convênio nº 015/2014) para a realização de perícias médicas judiciais, visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotor de via terrestre, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que a promovente se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo ao beneficiário.

Quanto ao valor da indenização devida à Autora, esta ficará a critério do d. Julgador, vez que tem o livre arbítrio para decidir, de acordo com seu livre convencimento, pois a lei estabelece apenas o limite máximo da indenização, mas não fixa critério por porcentagem de debilidade.

Destaque-se que a autora realizou requerimento administrativo junto à Seguradora Líder –DPVAT (Sinistro 3170097850 ASL – 0063833/17), contudo, sem sucesso, motivo pelo qual busca a esfera judicial

### 3. DO DIREITO

#### 3.1 DA LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*

O seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de vias Terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

“*In casu*”, é direito do Promovente receber uma indenização por danos pessoais até o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ante a invalidez permanente. Nesse sentido, a legitimidade ativa da Promovente na



presente demanda é cristalina, por ser a própria vítima do acidente instituidor do seguro.

### **3.2 DA LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* - O SEGURO DPVAT- CONVÊNIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

O Art. 7º. da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento da indenização em tela.

Nesse sentido, a resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, que “*alterou e consolidou as normas disciplinadoras do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*”, é considerada como um grande avanço no âmbito dos seguros DPVAT, tendo em vista que ela criou uma seguradora líder dos consócios, que deverá ser especializada em seguros DPVAT, nos termos do seu art. 5º, § 3º.

Assim, a seguradora Líder foi exclusivamente criada para responder pelos seguros DPVAT, em nome do consócio, ficando responsável pelo pagamento dos prêmios, nos moldes do Art. 5º § 8º da mesma resolução.

Resta patente, Douto Julgador, a infalibilidade quanto à legitimidade da empresa promovida para responder no polo passivo da presente demanda, que pode ser corroborada pela resolução 154 dos seguros DPVAT, que é incontroversa quanto ao responsável pelo adimplemento da obrigação.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que **qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a SEGURADORA LÍDER DPVAT, que representa suas associadas na esfera judicial.** Senão vejamos.



"APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE SEGURADORA - **Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver**, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG - AP 0350628-9 –Uberlândia – 1ª. C. Cív. - Rel. Juiz Silas Vieira - J. 18.12.2001)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se superada qualquer controvérsia, de sorte que, qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

### 3.3 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Dispõe o art. 5º da Lei N°. 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

**"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (Grifo nosso).**

A indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

**a) Comprovação do acidente e das sequelas sofridas; b) Registro da ocorrência no órgão policial competente; e c) Laudo do IML à época do acidente e/ou Laudo Complementar das Sequelas, demonstrando a INVALIDEZ, DEBILIDADE, PERDA ou INUTILIZAÇÃO, INCAPACIDADE E/OU A DEFORMIDADE PERMANENTE.**

O art. 5º, 5º, da Lei 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009, dispõe verbis:



"O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais."

Do texto legal, depreende-se que o Instituto Médico Legal deverá fornecer o laudo constatando e quantificando as lesões permanentes, totais ou parciais, da vítima na esfera administrativa. No âmbito judicial, a realização da prova pericial deve seguir o procedimento previsto nos artigos 420 e seguintes do CPC. Nesse sentido, segue a nossa mais atual jurisprudência:

**"AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL - DECISAO QUE DÁ PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PROVA PERICIAL - PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - INDEFERIMENTO - HONORÁRIOS PERICIAIS - FIXAÇÃO ADEQUADA - MANUTENÇÃO.**

**RECURSO DESPROVIDO.** 1 - Considerando que o laudo pericial a ser realizado pelo Instituto Médico Legal - IML, previsto no art. 5º, 5º, da Lei 6.194/74, é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotor de via terrestre, se a própria beneficiária do seguro, pretende demonstrar a sua invalidez permanente, através de perícia judicial, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que a suplicante se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo à beneficiária. 2 - Não é excessivo o valor fixado a título de honorários periciais, quando corretamente arbitrados, tendo levado em consideração as despesas e o trabalho a ser desenvolvido." (TJPR, 10ª C.Cív., Ag. Reg. nº 0615691-6/01, R e l . D e s .

LUIZ LOPES, Julg.: 01/10/2009).

No mesmo sentido já decidi em outro feito de minha relatoria: TJPR - 10ª C.Cível - AI 0631577-1 - J. 04.02.2010; TJPR, 10ª C.Cív., AI nº 0628721-4, Julg.: 22/10/2009.

Reforçando a ideia do citado artigo, pontifica o art. 7º, caput, da lei Nº. 6.194/74, ao estabelecer que:

**"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não**



**realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (Grifei).**

Assim, **não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório**, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra **sumulada na Corte do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". (Grifo nosso).**

Diante dos documentos exigidos pela lei supra, todos juntos aos presentes autos, estes se encontram devidamente instruídos, tornando incontestado o nexo causal entre o acidente e o dano que vitimou a Promovente.

Na mesma seara, decidiu a **TURMA RECURSAL CÍVEL DO ESTADO DA PARAÍBA**, observemos:

**"RECURSO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEGITIMIDADE DA SEGURADORA DEMANDADA - AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO DA LEI Nº 8.441/92 A SUA APLICAÇÃO AOS ÓBITOS OCORRIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA - DESNECESSIDADE DE PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO PELOS BENEFICIÁRIOS - SENTENÇA MANTIDA RECURSO IMPROVIDO. Todas as seguradoras consorciadas são indistintamente obrigadas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), bastando a prova da existência do fato e suas consequências danosas, observando-se a Lei n. 8.441/92, que não fez nenhuma restrição aos óbitos ocorridos antes de sua vigência, sem que se possa exigir dos beneficiários a comprovação do pagamento do prêmio". (Relator: JUIZ ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO. Ano: 2001. Data**





Decisão: 19/12/2000. Natureza: RECURSO INOMINADO. Órgão Julgador: TURMA RECURSAL CÍVEL. Procedência: CAMPINA GRANDE - 2ª REGIÃO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. Comarca: CAMPINA GRANDE). (Grifei).

Ainda, proclamou o **STJ**:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA - PEDIDO CUMULADO COM DANOS MORAIS - POSSIBILIDADE - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE DE VEÍCULO - RECUSA AO PAGAMENTO - PROVA DO FATO - RECURSO IMPROVIDO. **A indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT), causados por Veículos Automotores Via Terrestre, devida à pessoa vitimada, pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do convênio, independente de pagamento do prêmio do seguro.** Havendo recusa injustificada à cobertura securitária, pode o prejudicado, a depender do caso concreto, pleitear a indenização na esfera judicial, cumulando-a com danos morais, ante o dissabor da recusa da seguradora em não pagar. "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização" (Súmula 257 do STJ). (Grifamos).

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### 3.4 DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

Neste especial, a demanda não comporta maiores ilações. De acordo com a Lei n. 11.482/2007, **o valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT), em caso de invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), senão vejamos:**

"Art. 8º. Os arts. 3º., 4º., 5º. e 11º. da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º. desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;”** (Grifos nossos).

Assim, estando provado e incontroverso o fato do acidente automobilístico, impõe-se a condenação da Promovida com base na Legislação já sobejamente invocada.

#### **4. DO PEDIDO**

Ante ao todo exposto, requer a Promovente, que V. Exa. se digne determinar:

- a) O Benefício da Justiça Gratuita, constante na Lei Nº. 1.060/50, c/c a Súmula 29 deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, uma vez que a Promovente não possui condições de arcar com as custas e despesas processuais, nem com os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família;
- b) A citação da Promovida, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia e confissão;
- c) Que, ao final, seja a presente ação **JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE, com a condenação da Promovida a pagar ao Promovente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de**



**INDENIZAÇÃO POR DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE**, nos termos do art. 3.º, II, da lei n.º 11.482/07, **acrescido de juros legais e correção monetária à data do evento danoso (01/11/2016)**, conforme entendimento sumulado (Súmulas 43 e 54) do Superior Tribunal de Justiça;

- d) Requer, outrossim, a produção de provas, por todos os meios em direito admitidos, em especial pela designação de perícia médica, e a indicação de perito judicial. Com o pagamento dos honorários periciais judiciais em até 15 dias pela promovida. O valor fixado individual é de R\$ 200,00 independente do resultado da avaliação médica realizada e da gravidade da lesão apresentada pela vítima. O mesmo valerá para as avaliações médicas, conforme (convênio nº 015/2014) firmado. Bem como, o depoimento pessoal do representante legal da Promovida, depoimentos de testemunhas e **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO PROMOVENTE**, com base no Inciso VIII, Art. 6º. da Lei N.º.: 8.078/90;
- e) Requer, por último, a condenação da Promovida, ainda em custas judiciais, despesas e honorários advocatícios, estes a razão habitual de 20%.
- f) As intimações sejam destinadas, exclusivamente, à Advogada MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA (OAB/PB 11.662-B), sob pena de nulidade.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos fiscais.

Termos em que,

**Pede DEFERIMENTO.**

João Pessoa/PB, 11 de Maio de 2018.

**MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA**

**OAB-PB 11.662-B**







LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

**PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"**

**OUTORGANTE:**

Suellem dos Santos da Rocha, brasileira solteira, comerciante, 35 anos, portadora do RG nº 2.808.697-2ª via - SS DS/PB, inscrita no CPF nº 066.128.444-18, residente e domiciliada na Rua Caçoeira, Nº 26, T. 6, III, Santo Rita/PB

**OUTORGADA:** MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB 11.662-B, LUIZ SANTANA DE LIMA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 14.301-B, LARISSA MARIA LACERDA SANTANA, brasileira, solteira, inscrita na OAB-PB sob o nº 23.625 RICARDO HENRIQUE CANTALICE HARDMAN, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-PB sob o nº 14.903, EDNA DE LOURDES LEITE BRASILINO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 16.105, com endereço profissional na Av. Dom. Pedro II, nº 705, Centro, João Pessoa/PB, telefone (83) 3241.6957.

**PODERES:** Os da Cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, até decisão final, usando todos os meios e recursos legais em representação do (a) outorgante, também, em qualquer órgão, empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista, etc., conferindo-lhes ainda poderes especiais para: confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber importâncias e valores, emitir e endossar cheques, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, receber citação, intimação, notificação, etc., renunciar direitos, fazer cessão de direitos e arrolamentos, fazendo declarações, assinando termos, fazer habilitação de crédito em inventário, contraditar testemunhas, arguir suspeições criminais, revogar procurações, atuar como defensor ou assistente em ações trabalhistas, previdenciárias, comerciais, tributárias, cíveis, propor queixa crime (ação penal privada), impetrar Mandado de Segurança, apelar, atuar como defensor em notificação de infração ou imposição de penalidade de trânsito, substabelecer, com ou sem reservas de poderes, sem prejuízo imediato de honorários a que se fizer jus (nos moldes dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 85 do Novo Código de Processo Civil Pátrio), enfim, praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo Civil e art. 5º, §2, da Lei 8.906, de 04/07/94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

João Pessoa, 11 de Maio de 2018.

Suellem dos Santos da Rocha.

**OUTORGANTE**

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.908.697 - 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 25/07/2017

NOME  
SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA

FILIAÇÃO  
DJALMA DANTAS DA ROCHA  
MARISE DOS SANTOS DA ROCHA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO  
JOÃO PESSOA-PB 21/10/1982

DOC ORIGEM  
CERT. NASC. Nº25.792 - LVA-25 - FLS.40 - CARTÓRIO 3º JOÃO PESSOA-PB

CPF  
066.128.444-18

Assinatura: Suellem dos Santos da Rocha

20/08/03

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-324

*Suellem dos Santos da Rocha*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão do Usuário

SUS

Cartão Nacional de Saúde

Sistema Único de Saúde

SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA

Data Nasc. 21/10/1982 Sexo: F

700 7049 9840 6777

SUS







**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 56.015-570 - CNPJ: 09.123.854/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO

MATRICULA

6921493

REFERENCIA

MAR/2018

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

SUELI EN DOS SANTOS DA ROCHA  
RUA CAICARA, 26 - MUNICIPIO SANTA RITA/PB  
58300-000

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
			Residencial	Comercial	Industrial	Pública	
000.000.375.0278.000		000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto			
A97S131726	16-03-2004	JARDIM LACERDA	LIGADO	POTENCIAL			
ANTERIOR   ATUAL   CONSUMO (M3)   AUM DE DIAS   PRÓXIMA LEITURA							
1354		1367	13	29	26/04/2018		
HIST. DE CONS./AUM. LEIT.   QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS.							
FEV/2018	8	17	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES	
JAN/2018	11	0	TURBIDEZ	79	88	88	
DEZ/2017	6	0	CLORO	79	88	88	
NOV/2017	2	0	COL. TERMO	0	0	0	
OUT/2017	13	0	CDR	88	88	88	
SET/2017	8	0	COL. TOTAIS	79	88	88	
MEDIA(M)		8	DADOS REFERENTES A: JAN/2018				

DATA DA IMPRESSÃO: 27/03/2018

HORA DA IMPRESSÃO: 07:59:23

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - R\$ 36,84 POR UNIDADE	10 M3	36,84
11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,75 POR M3	3 M3	14,25
ESGOTO		
ACRESCIMOS DES(ES) ANT. 01/2018		0,84
JUROS DE HORA 01/2018		0,06

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 4,23 PIS F COFIN S LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

14/04/2018

Total a Pagar:

R\$ 51,98



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: ESTIMADO

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

\*\*\* ACOMPANHE COMO ESTÁ SENDO APLICADO SEU DINHEIRO \*\*\*

WWW.TRANSPARENCIA.PB.GOV.BR





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	SUELLEN DOS SANTOS ROCHA
DATA DE NASCIMENTO	21/10/82
NOME DA MÃE	MARISE DOS SANTOS DA ROCHA

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	958.269
PRONTUÁRIO N.º	XXXXXXXXXXXXXX
DATA DO ATENDIMENTO	01/11/16
HORA DO ATENDIMENTO	10:13
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTO ( CARRO X MOTO )
DIAGNÓSTICO (S)	CONTUSÃO NO JOELHO DIREITO
CID 10	V 23 + S 80.0 + S 81.0

### AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO, ENCAMINHADA DA UPA DE SANTA RITA, QUEIXANDO-SE DE DOR EM JOELHO DIREITO. EF= FC + ESCORIAÇÕES EM JOELHO DIREITO. ADM E MOVIMENTO EXTENSOR PRESERVADOS. GLASGOW 15.


### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX DE TÓRAX  
RX DE BACIA  
RX DO JOELHO DIREITO- RELATO COT-NDN

### TRATAMENTO

PACIENTE SUBMETIDO AO 1º ATENDIMENTO + SUTURA DO FC + AVALIAÇÃO COT + MEDICAÇÃO + ORIENTAÇÕES.

ALTA HOSPITALAR:	01/11/2016
DATA DA EMISSÃO:	16/01/2017

  
Drª. Joacila Braga Brandão  
CRM: 1741/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





## DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Suellen dos Santos da Rocha, portador da carteira de identidade nº 2908697 e inscrito no CPF/MF sob o nº 066.128.444-38, residente e domiciliado na Rua: Ezequias N: 26 Tibiri ITA Cidade Santa Rita Estado P-B declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.



Suellen dos Santos da Rocha

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

Local e data



Alexandre Rolim Dantas  
Escritor Autorizado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 013027224025  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO  
R/VIA 1 0107639392-3 00/00000000 2017

NOME  
SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA  
CPF / CNPJ  
06612844418  
PLACA ANT. / UF  
NOVO PB 99HJT2050GS000803

ESPECIE TIPO PAS/CICLOMOTO/NAO APLIC COMBUSTIVEL GASOLINA  
MARCA / MODELO SHINERAY/50Q ANO FAB. 2015 ANO MOD. 2016  
CAP. POT. / CIL. 2 P/49 / CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. / COTAS  
IPVA ISENTO 00/00/0000  
FAIXA IPVA. PARCELAMENTO / COTAS 2º 3º  
\*\*\*\*\* 0

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) ICF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO  
\*\*\*\*\* SEGURO P A G O 31/01/2017

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

SANTA RITA - PB

41581



DATA 09/02/2017  
1090

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULO  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 013027224025 BILHETE DE SEGURO DPVAT

2017

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 1 06612844418 PLACA OEY0711/PB  
RENAVAM 01076393923 SHINERAY/50Q  
EXERCÍCIO 2017 DATA EXPIRAÇÃO 09/02/2017

ANOS 2015 2016  
ANO FAB. 2015 CAT. TARIF. 9 Nº CHASSI 99HJT2050GS000803

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) DENATRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)  
\*\*\*\*\* \*\*\*\*\* \*\*\*\*\*

CUSTO DO SEGURO (R\$) ICF (R\$) SEGURO P A G O  
\*\*\*\*\* \*\*\*\*\*

PAGAMENTO DATA DE PAGAMENTO  
S COTA ÚNICA PARCELADO 31/01/2017

SEURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.245.606/0001-04

10909-0748007-20170209







Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 20 de Fevereiro de 2017

Carta nº: 10547583

A/C: SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170097850 ASL-0063833/17  
Vítima: SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA  
Data Acidente: 01/11/2016  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br), ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br), não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

**ATENÇÃO:**

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 2017

Carta nº: 10564248

A/C: SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA

Sinistro: 3170097850 ASL-0063833/17  
Vítima: SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA  
Data Acidente: 01/11/2016  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Ref.: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Prezado(a) Senhor(a),

Após avaliação dos documentos que nos foram enviados, a assessoria médica verificou que os danos pessoais decorrentes do seu acidente, após o tratamento médico, não resultaram em invalidez permanente.

Como o Seguro DPVAT somente paga indenização a pessoas que tenham invalidez permanente, o seu pedido foi negado.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04, ou através do nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT





**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 00114.01.2017.1.05.014**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00114.01.2017.1.05.014, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:39 horas do dia 27 de janeiro de 2017, na cidade de Santa Rita, no estado da Paraíba, e nesta 14ª Delegacia Distrital de Santa Rita, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Maria Rodrigues Pereira de Vasconcelos, comigo, Agente de Investigação do seu cargo, ao final assinado, compareceu **Suellen dos Santos da Rocha**, RG nº 2908697 SSP/PB, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero feminino, profissão Comerciante, filho(a) de Maria dos Santos da Rocha e Djalma Dantas da Rocha, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 21/10/1982 (34 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) R. Caiçara, Nº 26, bairro Tibiri Iii, tendo como ponto de referência Próximo a Escola Jose Mariano, na cidade de Santa Rita/PB, telefone(s) para contato (83) 98628-2618.

**Dados do(s) Fatos:**


Local: R. Caiçara, nº 26, Próximo a Escola Jose Mariano, Santa Rita/PB, bairro Tibiri Iii; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 01/11/16 09:20h. Tipificação: **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**


**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

Que estava conduzindo a motocicleta Shineray/50Q, DE PLACA OEY-0711/PB, de cor preta, Chassi99HJT2050GS000803, de sua propriedade, nas proximidades da Casa Lotérica de Tibiri, que ao ultrapassar um veículo bateu na lateral do veículo de placa NOI-0101/PB, que a noticiante foi arremessada por uns dez metros, que foi socorrida pelo proprietário do veículo ALAN MONTE SANTOS, e encaminhada para a UPA desta Cidade. Conforme Laudo Médico em anexo.

Sendo o que havia a constar, cientificado o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expede a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

Santa Rita/PB, 27 de janeiro de 2017.

  
KATIA REIANE MARINHO ORIENTE  
Agente de Investigação

  
SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA  
Noticiante



2ª DELEGACIA DE NOTAS - REGISTRO DE IMÓVEIS

Reconhecido, como autêntica e verdadeira, em 30/01/2017 às 09:30:26h, a seguinte declaração:  
SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA  
Em test. da verdade, Santa Rita-PB 30/01/2017 09:30:26  
Alexsandro Rolim Dantas - Escrevente  
[2017-000428]EMOL:RN 89,23 FARPEN:R\$ 6,27 FEPJ:R\$ 1,85  
SELO DIGITAL: AE178672-JRBO  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Alexsandro Rolim Dantas

Procedimento Policial: 00114.01.2017.1.05.014

1/1











**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801755-82.2018.8.15.0331

**DESPACHO**

Vistos, etc.

1 - Por força da Portaria Conjunta nº 02/2018, elaborada pelo Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba, determino a INTIMAÇÃO do autor para que, no prazo de quinze (15) faça juntar o cálculo das custas judiciais, bem como comprovação do alegado estado de pobreza, para possibilitar o exame do pedido de gratuidade.

SANTA RITA, 26 de março de 2020.

Juiz(a) de Direito





**AO JUIZO DA 02ª VARA MISTA DE SANTA RITA – PARAIBA.**

**PROCESSO Nº. 0801755-82.2018.8.15.0331**

**Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA**, já devidamente qualificados, nos autos da ação acima mencionada, vem à presença de Vossa Excelência, **nos termos do despacho de id 29415136, juntar guia de custas e comprovante de pobreza. Veja Excelência que o autor**

P. Deferimento.



João Pessoa, 15 de Abril de 2020.


**MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA**


**OAB/PB 11.662B**





 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 033.8.20.00604/01
<b>Nº do Processo:</b> Santa Rita			<b>Data de emissão:</b> 15/04/2020
<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			<b>Data de vencimento:</b> 30/04/2020
<b>Número da guia:</b> 033.2020.600604 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,74
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.034,80 <b>Promovente:</b> SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Valor total:</b> R\$ 1.254,21			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866800000121 542109283185 520200430038 382000604019 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.254,21

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 033.8.20.00604/01
<b>Nº do Processo:</b> Santa Rita			<b>Data de emissão:</b> 15/04/2020
<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			<b>Data de vencimento:</b> 30/04/2020
<b>Número da guia:</b> 033.2020.600604 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,74
<b>Promovente:</b> SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER S/A			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 - Cartas: R\$ 15,56			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Valor total:</b> R\$ 1.254,21			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
<b>Valor final:</b> R\$ 1.254,21			

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 033.8.20.00604/01
<b>Nº do Processo:</b> Santa Rita			<b>Data de emissão:</b> 15/04/2020
<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			<b>Data de vencimento:</b> 30/04/2020
<b>Número da guia:</b> 033.2020.600604 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,74
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.034,80 <b>Promovente:</b> SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Valor total:</b> R\$ 1.254,21			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866800000121 542109283185 520200430038 382000604019 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.254,21





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 033.2020.600604

**Data Vencimento:** 30/04/2020

**Data Emissão:** 15/04/2020

**Comarca:** Santa Rita

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA

**Promovido:** SEGURADORA LIDER S/A

**Valor da Causa:** R\$ 13.500,00

**Despesas Processuais:** R\$ 15,56

**Custas:** R\$ 1.034,80

**Taxa:** R\$ 202,50

**Total da Guia:** R\$ 1.252,86

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome: Suelen dos Santos da Rocha  
Loc. Nasc.: São Paulo  
Filiação: Suelen dos Santos da Rocha  
Doc. N°: 0123456789

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em: / / Doc. Ident. N°:  
Exp. em: / / Estado:  
Obs.:  
Data Emissão: 20/07/01 DRT: São Paulo PB

Assinatura do Funcionário: C(1)

DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÃO

039982 DROG-FRAN-Y TIBIRI 19/03/2020  
CAIXA  
3 20 44 (Horário de Brasília)  
\*\*\*\*\*0925

Saldo N° 93020001-5059

AGENCIA: 3348 - TIBIRI, PB  
CONTA: 013 00004320-9  
CLIENTE: SUELLEN DOS SANTOS DA ROC

ALDO ATE A DATA DE	19/03/2020
DISPONIVEL	132,57
DEBITO A CONFIRMAR	0,00
CREDITO A CONFIRMAR	0,00
BLOQUEADO	0,00
TOTAL	132,57
LIMITE CHEQUE ESPECIAL	0,00*

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE  
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome: .....  
Doc.: .....  
Nome: .....  
Doc.: .....  
Nome: .....  
Doc.: .....  
Est. Civil: .....  
Doc.: .....  
Est. Civil: .....  
Doc.: .....  
Nascimento: .....  
Doc.: .....

10

REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

Registrado em: / /  
N°: ..... Liv.: ..... Fls.: ..... Data: .....  
DRT: ..... Ass. do Funcionário: .....

Registrado em: / /  
N°: ..... Liv.: ..... Fls.: ..... Data: .....  
DRT: ..... Ass. do Funcionário: .....

Registrado em: / /  
N°: ..... Liv.: ..... Fls.: ..... Data: .....  
DRT: ..... Ass. do Funcionário: .....

Registrado em: / /  
N°: ..... Liv.: ..... Fls.: ..... Data: .....  
DRT: ..... Ass. do Funcionário: .....



**CONTRATO DE TRABALHO**

Empregador .....

CNPJ/MF .....

Rua ..... N° .....

Município ..... Est. ....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... CBO nº .....

Data admissão ..... de ..... de .....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....



**0801755-82.2018.8.15.0331**

***CERTIDÃO***

Certifico e dou fé que, diante do atendimento pela parte autora ao despacho (ID 29415136), faço conclusão destes autos à MM Juíza.

Santa Rita, 26 de maio de 2020.

Luciana de Albuquerque Ferreira

Analista Judiciária





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801755-82.2018.8.15.0331

**DESPACHO**

Vistos, etc.

1 - RECEBO A INICIAL e DEFIRO A GRATUIDADE da prestação jurisdicional, advertindo a autora das cominações previstas.

2 - CITE-SE.

3 - Deixo de incluir em pauta de conciliação, em vista da possibilidade de melhor proceder após a realização de perícia técnica. Com a oferta da contestação, conclusos.

SANTA RITA, 22 de outubro de 2020.

Juiz(a) de Direito







**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCESSO Nº 0801755-82.2018.8.15.0331

[Seguro]

**AUTOR: SUELLEN DOS SANTOS DA ROCHA**  
**RÉU: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**CARTA DE CITAÇÃO**

De ordem da MM Juíza de Direito deste Juízo, Dra. Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa, em cumprimento ao despacho (ID 35778543), proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 335 e seguintes do CPC, **CITO:**

**Nome: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Endereço: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
**Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 E 6 ANDAR, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

Para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Segue abaixo LINK da petição inicial.

28 de outubro de 2020



LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciário

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "**Número do documento**" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

18051409003804500000013898144

**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "**Número do documento**" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

20102208355478200000034171358

